

**ELD 11 – EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA
CONTRATO DE GESTÃO - PARCERIA VOLUNTÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
Versão 07
I - DADOS DA DESPESA

Tipo de Instrumento Jurídico:	<input type="checkbox"/> Contrato de Gestão	<input type="checkbox"/> Parceria Voluntária	Ano/nº
Unidade Gestora:	Natureza da Despesa:	Tipo Parcela:	
	<input type="checkbox"/> Fixa	<input type="checkbox"/> Variável	<input type="checkbox"/> Investimento

II - VALORES DA DESPESA

PARCELA Nº:	VALOR DA DESPESA:	NOTA EMPENHO (ANO/Nº)	FR	VALOR DA LIQUIDAÇÃO
				-
				-
				-
				-
TOTAL:				-

III - EXAME DA DESPESA

	Resposta	Indicar folha
1. Consta relatório conclusivo relativo ao período avaliado emitido pela CTA ou CMA, contemplando autorização expressa para liberação do repasse objeto do presente ELD? Vide artigo 3º do Decreto Rio nº 50.025/2021.	() Sim () Não aplicável	
2. No caso do Contrato de Gestão firmado com a RIOSAÚDE nos termos da Lei Municipal nº 5.595/2013 e demais atos normativos correlatos, consta relatório emitido trimestralmente pelo Comitê Supervisor? Vide cláusula oitava do contrato de gestão nº 251/2023.	() Sim () Não aplicável	
2.1 Consta ordem de repasse emitida pelo Comitê Supervisor?	() Sim () Não aplicável	
3. Consta cópia de publicação do D.O. Rio do ato de designação dos membros da CTA, da CMA ou do Comitê Supervisor?	() Sim () Não aplicável	
4. Consta cópia do Cronograma de Desembolso vigente?	() Sim () Não aplicável	
5. Com referência ao PAINEL DE GESTÃO DE PARCERIAS, a entidade cumpriu as determinações previstas no Decreto nº 37.079/2013, com a redação dada pelo Decreto Rio nº 50.027/2021?	() Sim () Não aplicável	
5.1. No caso de descumprimento foram aplicadas as sanções previstas?	() Sim () Não aplicável	

Das obrigações trabalhistas e previdenciárias

6. Consta declaração da contratada que o recolhimento das contribuições previdenciárias do INSS estabelecidas para o empregador e seus empregados foi realizado conforme o previsto na legislação vigente?	() Sim () Não aplicável	
7. Consta declaração da contratada que a contribuição para o FGTS foi recolhida conforme o previsto na legislação vigente?	() Sim () Não aplicável	
8. Consta declaração da contratada que os salários dos empregados alocados na execução do contrato encontram-se pagos?	() Sim () Não aplicável	
9. Consta declaração da contratada que as férias e correspondente adicional encontram-se pagos no prazo previsto em lei?	() Sim () Não aplicável	
10. Consta declaração da contratada que o 13º salário encontra-se pago no prazo previsto em lei?	() Sim () Não aplicável	
11. Nos casos previstos em Lei, Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, consta declaração da contratada que os benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação/refeição, entre outros), foram fornecidos aos empregados no prazo estabelecido?	() Sim () Não aplicável	

Na aquisição de material permanente

12. No caso do Contrato de Gestão firmado com a RIOSAÚDE nos termos da Lei Municipal nº 5.595/2013, os bens foram cadastrados no sistema de controle de bens patrimoniais e comprovados pela emissão do Documento de Acréscimo – DA ou justificados através da emissão dos Documentos de Não Inventariação – DNI? Vide artigo 14 da Resolução CGM nº 1.642/2020.	() Sim () Não aplicável	
13. No caso do Contrato de Gestão firmado com Organizações Sociais nos termos da Lei Municipal nº 5.026/2009, foram adotados os procedimentos previstos no Decreto Nº 41.207/2016, regulamentado pela Resolução Conjunta CGM/SMS nº 85/2016?	() Sim () Não aplicável	
14. Na Parceria Voluntária, os bens foram gravados com cláusula de inalienabilidade e foi formalizada promessa de transferência da propriedade ao Município do Rio de Janeiro ou a ente da Administração Indireta, na hipótese de sua extinção? Vide artigo 22 do Decreto Rio nº 42.696/2016?	() Sim () Não aplicável	

**ELD 11 – EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA
CONTRATO DE GESTÃO - PARCERIA VOLUNTÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Nas Despesa de Exercícios Anteriores

15. Foi instaurada sindicância administrativa conforme determina o Decreto que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira para o exercício vigente?	() Sim () Não aplicável	
16. Na Administração Direta, Fundação ou Autarquia foi realizada consulta no SISTEMA DE BUSINESS INTELLIGENCE - BI da PGM a fim de verificar se o credor possui ação judicial em curso ou precatório emitido para a presente despesa que impossibilite o seu pagamento? Vide Resolução PGM nº 1.139/2022.	() Sim () Não aplicável	
17. Na hipótese de ausência de ação judicial, foi verificado se a despesa está prescrita?	() Sim () Não aplicável	
18. Não existindo impedimento para pagamento, a dívida foi reconhecida pelo Ordenador de Despesas com publicação no D.O. Rio?	() Sim () Não aplicável	

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Após a análise dos itens previstos neste roteiro orientador e diante da evidência documental da presente despesa, declaro que a mesma está apta para fins de pagamento.

Em ____ / ____ / ____

Assinatura / Nome / Matrícula do Servidor